

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA IMPRENSA BRASILEIRA: O CASO DO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO

THE SOCIOLOGY OF EDUCATION IN THE BRAZILIAN MEDIA: THE CASE OF THE
NEWSPAPER O ESTADO DE SÃO PAULO

*Jessica Costa de Araujo**

Cite este artigo: ARAUJO, Jessica Costa. O Ensino de Sociologia na Imprensa Brasileira: O caso do Jornal O Estado de São Paulo. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 39-54, 10 de nov. 2016. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 10 de nov. 2016.

Resumo: Os estudos sobre a história do ensino de sociologia na educação básica brasileira vêm sendo desenvolvidos a partir de variados enfoques, com destaque para as reformas educacionais e seus impactos sobre o *status* da sociologia no currículo escolar. Contudo, é notória a carência de pesquisas de cunho histórico-social que relacionem este percurso com a imprensa. Entendendo ser este um veículo portador de grande potencial para a compreensão de fatos históricos de relevância, o objetivo deste artigo é acompanhar a trajetória da sociologia no ensino secundário por meio de notícias sobre este tema veiculadas na imprensa escrita. Para atingir este objetivo foram analisadas as notícias do jornal *O Estado de São Paulo*, no período dos anos 1920 aos anos 2000. O levantamento e a análise do material possibilitou identificar que este longo período guarda muitas semelhanças no tocante aos argumentos sobre a relevância de se manter a disciplina no currículo escolar. As décadas de 1950 e de 2000 apresentaram maior frequência sobre a temática do ensino de sociologia do que outras.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia, Currículo Escolar, Educação Básica, Jornal O Estado de São Paulo, Imprensa.

Abstract: The studies on the history of teaching sociology at the Brazilian basic education have been developed from a variety of approaches, with an emphasis on educational reforms and their impact on the status of sociology in the school curriculum. However, it is notorious the lack of historical-oriented social research linking this route with the press. Considering this a vehicle carrying great potential for understanding historical facts of relevance, the purpose of this article is to follow the trajectory of sociology in secondary education through news on this topic published in the written press. To achieve this goal were analyzed the news of the newspaper *O Estado de São Paulo* in the period of the years 1920 to 2000. The survey and analysis of the material made it possible to identify that this extended period holds many similarities with regard to the arguments about the importance of maintaining discipline in the school curriculum. The decades of 1950 and 2000 showed more frequently on the subject of teaching sociology than others.

Keywords: Teaching Sociology, School Curriculum, Basic Education, *O Estado de São Paulo* newspaper, Press.

O percurso histórico da sociologia como disciplina escolar no Brasil é caracterizado pela intermitência, pois, em determinados contextos ela esteve presente no currículo de forma obrigatória, em outros seu *status* foi opcional e também chegou a ser excluída. Algumas pesquisas traçaram a trajetória da disciplina no ensino secundário, tomando as reformas educacionais como referências (OLIVEIRA e JARDIM, 2009; MEUCCI, 2000; MORAES, 2003). A primeira proposta de sua inclusão no currículo se deu no ano de 1870, quando Rui Barbosa propôs para as faculdades de direito a substituição da disciplina Direito Natural pela sociologia, contudo, sua proposta não foi votada (OCN, 2006). Em 1890, durante o primeiro governo republicano, surgiu uma nova proposta para o ensino secundário e normal, que partiu do ministro da instrução pública Benjamim Constant. Porém, com seu falecimento a proposta foi deixada de lado, retirando a possibilidade de a sociologia integrar o currículo. Diferentemente dos movimentos anteriores, a reforma Rocha Vaz de 1925 a tornou disciplina obrigatória e seus conteúdos passaram a ser cobrados nas provas de seleção para o acesso ao ensino superior. Reforçando a reforma Rocha Vaz, a reforma Francisco Campos de 1931, inicialmente, garantiu a obrigatoriedade da disciplina no currículo, mas essa situação não durou muito tempo, uma vez que entre os anos de 1942-1961 a sociologia foi convertida em disciplina não obrigatória. Nos cursos normais, porém, ela continuou sendo lecionada, intitulada como “sociologia educacional”. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 categorizou a sociologia e uma série de disciplinas do curso colegial como optativas. Na prática, entre os anos de 1971-1982, mesmo tendo caráter optativo, a disciplina não foi incluída nos currículos (GESTEIRA e SILVA, 2012).

Nos anos de 1980, período caracterizado pela abertura política, iniciou-se uma nova fase de reinserção gradativa da sociologia nos currículos escolares em diferentes estados do País. Em meio ao movimento de luta pela profissionalização do sociólogo, os cientistas sociais organizaram inúmeros encontros, debates e reuniões em que a situação do ensino de sociologia na educação básica foi discutida. Neste contexto, alguns estados brasileiros começaram a incluí-la no rol das disciplinas do ensino médio como disciplina obrigatória. Contudo, foi somente com a Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008, que a sociologia alcançou a condição de disciplina obrigatória em âmbito nacional. Esta lei alterou o art. 36 da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) configurando a sociologia, assim como a filosofia, disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio (GESTEIRA e SILVA, 2012).

A trajetória intermitente da sociologia na educação básica tem sido tema de muitos estudos. A literatura sobre o tema utiliza predominantemente a legislação educacional para recuperar a história da disciplina (MORAES, 2003; MACHADO, 1987). A pesquisa bibliográfica evidencia a inexistência de estudos fundamentados na imprensa escrita como fonte histórica. Por esse motivo, para este estudo foi realizado um levantamento sobre as reportagens e matérias que a imprensa escrita publicou sobre a temática do ensino de sociologia, tendo como foco o *jornal O Estado de São Paulo* [1], veículo de

relevância histórica que disponibiliza seu acervo na internet [2]. O recorte cronológico adotado se inicia nos anos de 1920 e se estende aos anos 2000 e muito embora possamos demarcar contextos históricos diferenciados, foi nesse período que identificou-se maior incidência de notícias sobre ensino de sociologia.

1. Considerações sobre a imprensa

*Ah! A imprensa! Como sua importância está longe de ser compreendida!*³

Em meados dos anos de 1932, Fernando de Azevedo [4] caracterizava os meios de comunicação de massa como formidáveis. Este autor foi responsável, juntamente com seu grupo, pelos momentos decisivos da história da educação brasileira, principalmente no que se refere à publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* [5]. Inicialmente, tal Manifesto foi publicado em jornais, contudo, alcançou reconhecimento tão grande que, posteriormente, foi transformado em livro. Segundo Fernando de Azevedo, imprensa e escola deveriam ter como objetivo a construção de uma obra partilhada: a educação renovada do cidadão brasileiro dentro de um ambiente escolar pulsante, traduzido em salas de aula, materiais pedagógicos, currículos e laboratórios revigorados, conforme pregava a ideologia modernizante em curso. Mas a obra partilhada também deveria realizar-se em qualquer outro espaço social, onde fosse possível circular um jornal que disseminasse concomitantemente os conhecimentos científicos produzidos pelos especialistas e os valores morais tidos como desejáveis naquele momento: apreço pela democracia, pelo liberalismo e pela meritocracia, dentre outros (CAMPOS, 2012).

Nesse sentido, muitos historiadores sociais da imprensa são categóricos em afirmar que tais veículos são inegavelmente também sujeitos da história, que se incumbem de registrar, explicar, discutir e comentar as coisas do mundo (CRUZ, 2000; DARNTON; LUCA, 2006; ROCHE, 1996, apud CAMPOS, 2012). Desse modo é importante denotar que os impressos tiveram papel singular no processo de cunho civilizatório pelo qual o Brasil passou durante os séculos XIX e XX, que tinha como intuito padronizar o indivíduo que aqui habitava, a partir de seus comportamentos, gostos e valores.

Inicialmente, no Brasil a imprensa se constituiu de forma bastante restrita: até 1950 a imprensa brasileira se apresentava através de empresas com capitais limitados, o que se chamava de *Imprensa de Opinião* [6]. A partir de 1950 a *Imprensa de Opinião* vai cedendo lugar para a chamada *Imprensa de Informação* [7], sendo esta, marcada pela objetividade. Mais recentemente a estes movimentos, outro tem ganhado destaque, o chamado *Jornalismo de Interpretação* [8], mas tal formato ainda é pequeno.

O número de estudos históricos que se valiam da imprensa periódica como fonte, especificamente, jornais e revistas, eram escassos até a década de 1970 (TOLEDO e SKALINSKI, 2012). A ideia em voga era a de que havia interesses e compromissos neste meio de comunicação e isto poderia implicar na composição de uma realidade deturpada. Assim sendo, apenas a partir dos anos de 1970 que a imprensa passaria, aos poucos, a ser considerada uma fonte histórica legítima. Em dissertação de mestrado defendida na USP em 1974, Maria Capelato, teve como objeto de estudo o

jornal *O Estado de São Paulo* e, a autora afirmava que a imprensa precisava ser entendida como “[...] instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere” (CAPELATO, 1980: 19).

Desse modo, a imprensa constitui-se de forma e de um modo de escrita próprios, a partir de artigos, títulos e manchetes. Ela é detentora de uma linguagem específica que corresponde ao jornalismo, tendo em vista que cada jornal tem seu próprio modo de organização, uma vez que seus acontecimentos diários são colocados de acordo com sua política institucional.

2. Considerações sobre o jornal *O Estado de São Paulo*

O Estado de São Paulo é caracterizado como um jornal que busca a informação precisa e que procura oferecer ao leitor informações amplas acerca dos temas que aborda. (LEAL e SOUZA, 2000). Além disso, é um dos jornais mais antigos que circula na cidade de São Paulo e atualmente no País. Seu surgimento se deu no período imperial, no dia 4 de janeiro de 1875, quando pela primeira vez circulou *A Província de São Paulo* [9]. Foi contemporâneo de outros jornais, como: *Jornal do Comércio* (criado em 1827), *Correio Mercantil* (1850-68), *Diário do Rio de Janeiro* (1850-77), *Gazeta de Notícias* (criado em 1875), *O País* (criado em 1884), *Diário de Pernambuco* (criado em 1825), *Correio Paulistano* (criado em 1854) e o *Diário da Bahia* (criado em 1877). Somente em janeiro de 1890, após a ruptura com o regime monárquico e instauração da República, que o jornal *A Província de S. Paulo* começou a circular com a atual designação. Neste momento, o jornalista, fundador e redator-chefe Francisco Rangel Pestana se afastou do jornal, e sua direção passou para o jovem redator Júlio Mesquita [10], que deu início a uma série de inovações. Pode-se dizer que a modernização do jornal ia de encontro ao crescimento da cidade de São Paulo, uma vez que, ao final do século XIX *Estado de S. Paulo* já era o de maior circulação, superando o *Correio Paulistano* [11]. A partir de 1902, o jornal passou a ser de propriedade exclusiva da família Mesquita.

O jornal *O Estado de São Paulo* desde sua criação buscou demarcar sua posição quanto às questões políticas. Em 1930, por exemplo, estava ligado ao Partido Democrático [12] e apoiou abertamente a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Vargas foi derrotado nas eleições, porém assumiu o poder com a Revolução de 1930 [13] – notícia abordada pelo jornal como um marco do fim do sistema oligárquico. Dois anos depois, o *Estadão*, nome dado ao jornal *O Estado de São Paulo*, e o Partido Democrático, inconformados com o governo de Getúlio Vargas, juntamente com setores do Partido Republicano Paulista [14] articularam a Revolução Constitucionalista de 1932, que reivindicava eleições livres e uma Constituição. Com a derrota dos revolucionários, Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita foram presos e enviados para Portugal. No ano seguinte, um acordo entre Getúlio Vargas e o político Armando de Salles Oliveira [15] permitiu que Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita retornassem ao país junto com outros expatriados.

Durante o *Estado Novo* (1937-1945), e a *República Nova* (1946-1964) [16], o jornal fez oposição a todos os governos, tanto que, em março de 1940, sua sede foi invadida pelos agentes

do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão do governo brasileiro criado durante o Estado Novo, cujo objetivo era controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder. O jornal foi inicialmente fechado e logo depois confiscado pela Ditadura Vargas, sendo administrado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) até 1945, quando foi devolvido pelo Supremo Tribunal Federal a seus legítimos proprietários.

Em 1964, *O Estado de S. Paulo*, apoiou o movimento militar que depôs o presidente João Goulart e a eleição indireta do general Castello Branco [17]. No entanto, para os diretores do jornal, a intervenção militar deveria ser transitória. Quando os diretores do periódico perceberam que os militares queriam se perpetuar no poder, o jornal retirou seu apoio logo após a decretação do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que dissolveu os partidos políticos, fazendo com que o Estadão rompesse com o regime. Em 1966, o Grupo Estado lançou o *Jornal da Tarde* [18], um diário com um acompanhamento especial dos problemas urbanos. Em 1968, os dois jornais que continuavam se opondo ao regime passaram a ter suas redações censuradas por agentes da Polícia Federal, ao contrário dos outros grandes jornais brasileiros, que aceitaram se autocensurar. Entre 1968 e 1975, mais de 1.000 páginas dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* foram censuradas. Em 1969, com a morte de Mesquita Filho, o jornal passou a ser dirigido por Júlio de Mesquita Neto.

Nos anos 1980 houve uma reformulação no jornal *O Estado de S. Paulo*. Em 1986, com o jornalista Augusto Nunes no posto de diretor de redação, o noticiário do jornal começou a ser renovado. As novidades passaram também pelo processo gráfico e que culminaram em 1991, quando foram introduzidas cores no jornal. *O Estadão* também passou a ter edições diárias – até então o jornal não circulava as segundas-feiras e dias seguintes a feriados. Em 1992, a *Agência Estado* (AE) adquiriu a *Broadcast*, incorporada oficialmente em 6 de janeiro de 1992. Em 1996, Julio de Mesquita Neto morreu, e o jornal passou a ser dirigido por seu irmão, Ruy Mesquita, até então diretor do *Jornal da Tarde*, pertencente ao Grupo Estado.

Com base nisso, podemos perceber que este jornal apresenta grande relevância histórica, sendo de grande importância para a coleta de dados e análise de notícias e reportagens sobre o ensino da sociologia nos anos de 1920 aos anos 2000.

3. Metodologia da pesquisa

Organizar, interpretar e analisar são etapas imprescindíveis ao se realizar uma pesquisa que toma como fontes as notícias de jornais. Após o levantamento das reportagens sobre o ensino de sociologia na educação básica no jornal *O Estado de São Paulo* dentro do recorte cronológico proposto, elas foram agrupadas de acordo com a data da sua publicação. Após a classificação por décadas, foi realizada a análise de conteúdo que segundo Moraes consiste em:

Uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. A matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer

material oriundo de comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos auto-biográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc. Contudo os dados advindos dessas diversificadas fontes chegam ao investigador em estado bruto, necessitando, então ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo (Moraes, 1999: 09).

Através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifesto, indo além das aparências do que está sendo comunicado (Minayo e Gomes, 2011). A definição de análise de conteúdo surge no final dos anos de 1940-1950 com Berelson, auxiliado por Lazarsfeld, mas somente em 1977 foi publicada uma obra, que ainda hoje é referência, da autoria de Bardin intitulada *Analyse de Contenu*. Para Bardin o termo análise de conteúdo designa um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas destas mensagens (Bardin, 1979). Godoy (1995), afirma que a análise de conteúdo consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte. Nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tornados em consideração. O esforço do analista é de duplo movimento: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira. Bardin (2011) indica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação.

O levantamento das notícias no jornal *O Estado de São Paulo* foi feito através de pesquisas realizadas no seu acervo *online*, com utilização de filtros e inserção de palavras-chave para uma busca mais precisa destas notícias. Foram encontradas 310 notícias que versavam sobre o tema sociologia, dentre as quais 134 enfocavam o ensino de sociologia. Essas notícias foram divididas em dois grupos: 1) notícias primárias – reunindo aquelas que tratavam do ensino de sociologia em suas diversas instâncias; e 2) notícias secundárias – reunindo as que remetiam às ciências sociais no Brasil. 41 notícias foram classificadas como primárias e 93 como secundárias. As notícias classificadas como primárias foram submetidas à detalhada análise de conteúdo e foram cotejadas com a literatura especializada e com os contextos históricos da época de suas publicações. Buscou-se, ainda, apreender a forma e o tratamento que tais notícias receberam neste jornal, tendo em vista alguns fatores, como: o que se comenta sobre a temática, a frequência com que as notícias aparecem, assim como o modo e o meio com que são veiculadas as notícias. No que se refere ao recorte cronológico, as escolhas se devem ao fato do acervo *online* desse jornal divulgar as notícias de forma consistente somente a partir dos anos de 1920 e porque a partir desta data ocorreram eventos que marcam a história da sociologia no ensino secundário brasileiro.

4. Análise das reportagens segundo as décadas de suas publicações

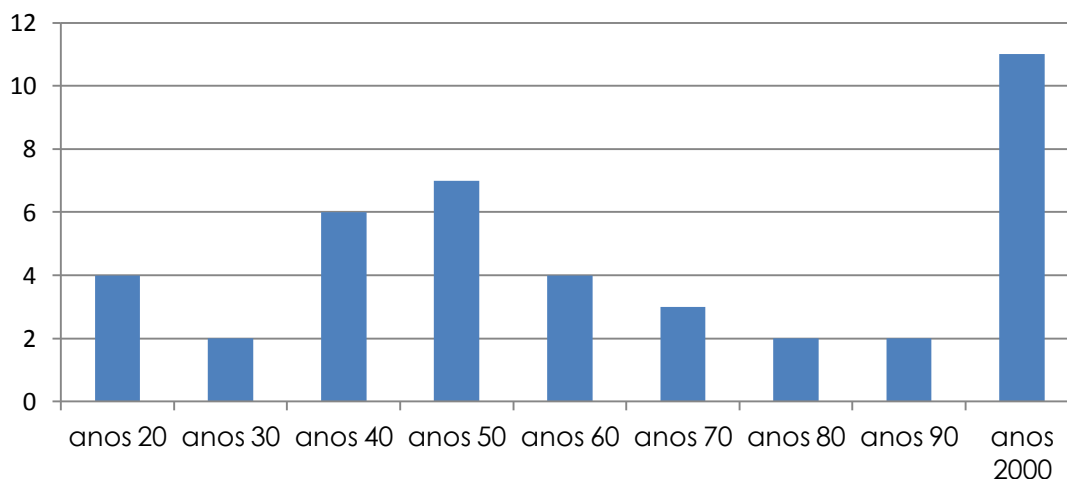
De acordo com Celso Machado (1987) - primeiro autor a apresentar uma periodização sobre as intermitências do ensino de sociologia na escola secundária – pode-se analisar alguns momentos da história da disciplina levando em conta suas entradas e saídas do currículo escolar (GESTEIRA e SILVA, 2012). Como foi explicitado no início deste artigo, o ensino de sociologia foi intermitente, estando em alguns momentos presente de forma obrigatória, em outros como disciplina optativa e em outros fora excluída.

A década de 1980 marcou a luta pela volta da disciplina ao currículo do Segundo Grau (denominação dada ao atual ensino médio na época) e caracterizou-se como um período de inserção gradativa da disciplina em algumas redes de ensino estaduais. No caso do Rio de Janeiro, a disciplina é foi introduzida na Constituição Estadual de 1989, porém, ela só alcançou a obrigatoriedade nacional no ano de 2008, com a Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008.

Na trajetória do ensino da sociologia pode-se notar que eventos políticos que marcaram momentos específicos da história nacional também deixaram os seus traços na história da disciplina no ensino secundário. O objetivo deste estudo foi descrever e interpretar o conteúdo das notícias classificadas como primárias entre 1920 e 2000, levando em conta seu contexto histórico.

No gráfico abaixo, percebemos a incidência com que aparecem as 41 notícias sobre ensino de sociologia no jornal *O Estado de São Paulo*. Pode-se constatar que as décadas de 1940, 1950 e 2000 são as que apresentam maiores números de notícias sobre esta temática.

Gráfico 1 - Notícias sobre o Ensino de Sociologia



Fonte: Jornal o Estado de São Paulo/acessado em fevereiro - 2014

Nos anos de 1920 prevalece nas reportagens o gênero opinativo através de resenhas, comentários, artigos e colunas. No geral, a sociologia aparece nas notícias como uma disciplina capaz de conferir ao cidadão uma formação profunda e como um conhecimento indispensável para a sua formação acadêmica. Percebe-se que a sociologia presente nas reportagens desta década visa a

formação humanística dos alunos e a discussão é direcionada para o campo acadêmico, ficando em segundo plano o ensino de sociologia no âmbito da educação básica. Como exemplo disto, pode-se citar a notícia que data de 04/08/1927, intitulada *O Ensino de Sociologia: A opinião do acadêmico Afrânio Peixoto*, que considera a importância da sociologia como um conhecimento indispensável a todos os cidadãos.

Nos anos de 1930 há uma forte presença do gênero informativo nas matérias selecionadas, ou seja, foi encontrado maior número de notícias, reportagens e entrevistas. É a partir desta década que começam a ser mencionadas nas reportagens as casas de ensino de sociologia e política [19] e também as pesquisas relacionadas à sociologia. Nesta década não há discussões expressivas sobre o ensino de sociologia no âmbito da educação básica. As notícias voltam-se predominantemente para o campo da pesquisa empírica, como no caso da notícia do dia 12/11/1938, intitulada *O Ensino de sociologia na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* que explana sobre a sociologia no ensino superior e sobre pesquisas sociológicas brasileiras.

Nos anos de 1940 os gêneros opinativo e informativo estão presentes de forma mais equilibrada no jornal. Assim como nos anos de 1930, nos anos de 1940 as escolas de sociologia e política foram temas de diversas matérias do jornal. É possível verificar também o aumento de abordagens feitas sobre o campo das Ciências Sociais, relacionando-a com a ciência empírica. Vale ressaltar que nesse período as escolas de sociologia e política, e as casas de ensino foram tão relevantes quanto as discussões sobre o ensino de sociologia na educação básica. A notícia do dia 25/01/1947, intitulada *Faculdade de Filosofia e Sociologia em São Paulo* fundamenta essa afirmação. Trata-se de uma notícia de cunho opinativo, escrita pelo professor e sociólogo francês Roger Bastide, que discorre sobre a faculdade de sociologia e sua importância para o ensino secundário e para o progresso da ciência social.

Nos anos de 1950 constata-se a predominância de gêneros informativos nas matérias sobre o ensino de sociologia publicadas no jornal. Excluindo a década de 2000, foi neste período que encontramos o maior número de notícias sobre sociologia, seja sobre seu ensino, pesquisa, atuação e participação no meio acadêmico. No levantamento realizado, constatamos maior concentração de notícias sobre os intelectuais da Universidade de São Paulo e Florestan Fernandes foi um dos nomes mais citados, assim como o I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em São Paulo em 1954. A notícia publicada em 18/07/1954, cujo título é *O ensino de sociologia na escola média* traz uma nota informativa sobre a participação de Florestan Fernandes no congresso de sociologia e pondera sobre as vantagens que o ensino de sociologia proporcionaria à educação funcionando como instrumento de integração da escola à realidade social.

Nos anos de 1960 observamos a presença predominante do gênero informativo nas matérias publicadas sobre ensino de sociologia. Nesta fase a atuação política de Florestan Fernandes em prol da inclusão da sociologia no currículo da escola secundarista foi bastante citada bem como a proposta de currículo mínimo [20]. Chama atenção o fato de que a abordagem da sociologia neste período é direcionada para o campo educacional, em especial, no interior das academias universitárias. Muito também se comentou sobre os seminários que ocorreram nesse contexto. É notável a incidência de matérias sobre as casas de ensino de sociologia e política, como, por exemplo, a reportagem publicada

em 30/06/1962, intitulada *Sugestão para o currículo do curso de Ciências Sociais* que fala sobre o Encontro Regional de Sociólogos- evento em que se discutiu a organização do currículo das ciências sociais e se propôs um projeto de currículo mínimo.

Nos anos de 1970 constatamos a predominância do gênero informativo. Neste contexto, a profissão de sociólogo passou a ser vista por outro viés e pretendia-se regulamentá-la. Esta década apresenta uma particularidade interessante: com a instauração da *ditadura militar*, a disciplina Educação Moral e Cívica foi incluída no currículo e a sociologia passou a ter conotação negativa. A notícia publicada no dia 19/01/1971 intitulada *Educação Moral e Cívica* informava que a nova disciplina iria suprir as demais disciplinas, dentre elas, Sociologia.

Nos anos de 1980 identificamos a predominância do gênero informativo. Fernando de Azevedo é um nome frequentemente citado, assim como Gilberto Freyre, autor da obra clássica das ciências sociais brasileiras *Casa Grande & Senzala* (1933). A sociologia é explorada pelo jornal do ponto de vista educacional, principalmente no âmbito das escolas secundárias. Por exemplo, a notícia intitulada *Fernando de Azevedo e a sociologia*, publicada no dia 08/10/1984, informava sobre a relação de Fernando de Azevedo com a sociologia, relatando que ele introduziu a cadeira de sociologia na escola normal do Distrito Federal e implantou a sociologia nas escolas de formação de professores.

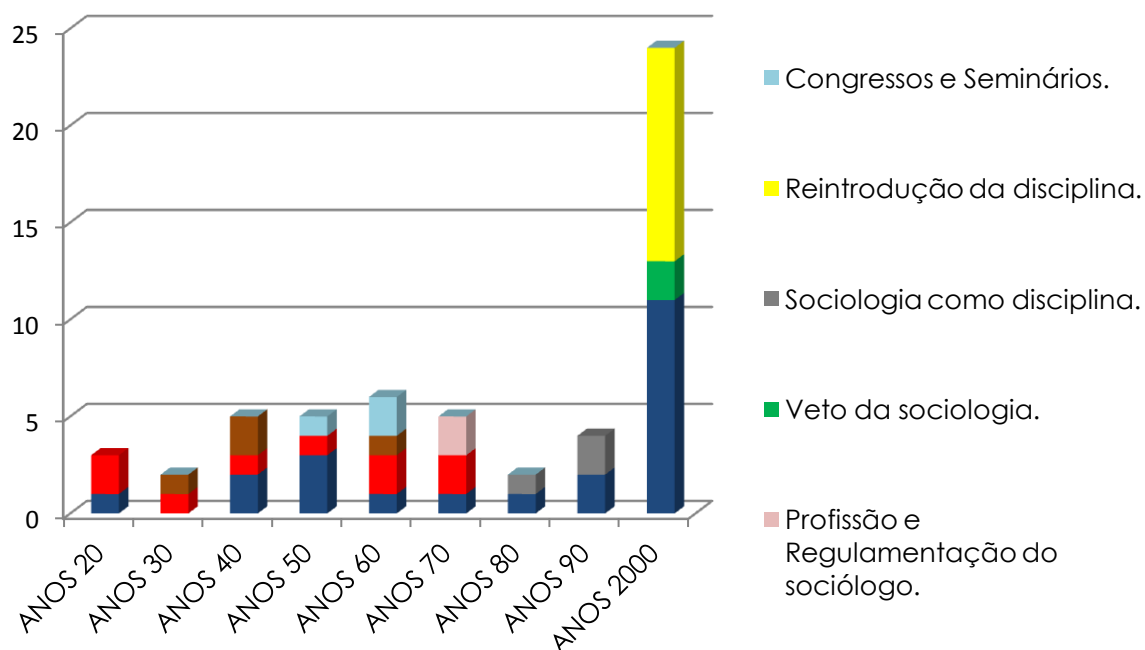
Nos anos de 1990 constatamos a predominância do gênero informativo nas matérias selecionadas. A sociologia é explorada pelo fato dela figurar como disciplina optativa no 2º Grau, como podemos observar na matéria publicada no dia 19/03/1994 - *Filosofia é disciplina opcional no segundo grau* - que informa o *status* da filosofia e sociologia no currículo. Nesta década percebemos que a abordagem jornalística enfatiza a sociologia como disciplina escolar e direciona a discussão para o âmbito da educação básica.

Nos anos 2000 constatamos a presença tanto do gênero informativo quanto do opinativo. Em 2008 a sociologia tornou-se disciplina obrigatória do currículo do Ensino Médio, fato que teve ampla repercussão na imprensa no âmbito das discussões sobre a educação básica e sobre seu campo empírico. A notícia de cunho informativo publicada no dia 07/06/2008, cujo título é *Mudanças no Ensino Médio*, fala sobre a obrigatoriedade da sociologia no currículo do ensino médio, discorre sobre a intermitência da sociologia ao longo da história da educação brasileira, e ao final propõe refletir se é uma medida acertada a obrigatoriedade da disciplina ou se o currículo deveria reforçar o ensino de português, matemática e ciências. Outro fato que ganha destaque nesse período é o veto do então presidente Fernando Henrique Cardoso - Veto FHC- um dos assuntos mais comentados nesse período:

(...) o projeto de inclusão da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio implicará a constituição de ônus para os estados e o Distrito Federal, pressupondo a necessidade da criação de cargos para a contratação de professores de tais disciplinas, com a agravante de que, segundo informações da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, não há no país formação suficiente de tais profissionais para atender à demanda que advirá caso

fosse sancionado o projeto, situações que por si só recomendam que seja vetado na sua totalidade por ser contrário ao interesse público (BRASIL, 2001).

Gráfico 2 - Frequência de dados relevantes por décadas



Os anos de 1920 procuram contextualizar as notícias sobre ensino de sociologia no âmbito da educação, caracterizando-a como uma disciplina que oferece aos alunos suporte humanístico crítico, possibilitando aos mesmos uma visão e conhecimento de mundo mais amplo. Na década de 1920, o ensino das ciências sociais passa a ser incentivado pelas elites com o intuito de formar lideranças e criar soluções racionais e pacíficas para resolver as questões sociais brasileiras (FELJÓ, 2012). Esta se assemelha muito aos anos de 1950 no que concerne ao modo como a disciplina de sociologia é tratada. Isto se deve aos comentários de Florestan Fernandes que se pronunciou dizendo que era necessária a presença da sociologia no ensino secundário. Os anos de 1930 tratam as notícias sobre ensino de sociologia em um campo mais científico, relaciona-a a pesquisas, contudo é nesta época em que as ditascasas de ensino de sociologia e política são citadas pela primeira vez. Nesta década, mais especificamente em 1931, a disciplina passou a ser tida como obrigatória em todos os cursos complementares, contudo, em 1942 foi retirada do currículo. Fernandes (1977) aponta ainda que a partir da década de 1930, o ponto de vista sociológico no Brasil começou a ser entendido com mais clareza e aplicado com crescente precisão científica, fazendo com que a sociologia passasse a se integrar como disciplina científica. A educação era percebida como importante ferramenta diante situações impostas pela realidade. Já os anos de 1940 apresentam um misto sobre essa temática fazendo menção tanto da sociologia no campo educacional quanto no campo científico. É importante salientar também que as casas de ensino ganham mais espaço na década de 1940. A partir de 1942, a sociologia permaneceu como matéria obrigatória apenas no currículo das escolas normais, destinadas à formação de professores primários (SANTOS, 2002).

Assim como nas décadas de 1920 e 1940, no decorrer da década de 1950 houve um grande avanço nos estudos sociológicos no Brasil, predominando os conteúdos vinculados às questões nacionais. Logo, as pesquisas sociológicas ajudariam a pensar medidas necessárias para resolver os problemas sociais e transformar a realidade brasileira, auxiliando o bem-estar da sociedade (GUELFI, 2007). Na década de 1960 o currículo mínimo é estabelecido, e a regulamentação do ofício do sociólogo é citada ao longo das notícias. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, a sociologia não tinha caráter obrigatório, se estabelecendo como optativa em meio a cem disciplinas que poderiam ser escolhidas pelos estados (SANTOS, 2002).

As décadas que correspondem aos anos de 1970, 1980, 1990 e 2000 são distintas entre si, mas ao mesmo tempo se complementam. Os anos de 1970 fazem menção à profissão e regulamentação do sociólogo, assim como nos anos de 1980. Contudo, por essa década ser de um contexto de regime militar, a disciplina Educação moral e cívica é incluída e a sociologia deixa de ser obrigatória. Na transição da década de 1970 para a de 1980 assistiu-se à crise do Milagre Econômico brasileiro que acabou revelando os seus limites para sustentar a escola profissionalizante obrigatória, devido à escassez de profissionais formados (BRASIL, 2006). Ao mesmo tempo iniciou-se, no final dos anos 70, o movimento de redemocratização do país, alavancado pela reorganização e surgimento dos movimentos sociais, políticos e culturais que levaria a profundas e latentes transformações socioeconômicas e políticas e à necessidade de transformações também no âmbito educacional (FEIJÓ, 2012). Os anos de 1990 são embalados por amplas discussões sobre o ensino de sociologia. Fatores como o Veto FHC foram marcantes neste contexto e os anos 2000 foram reflexo do Veto e palco para a reintrodução da sociologia como disciplina obrigatória.

Considerações finais

No Brasil, a sociologia escolar é caracterizada por um processo de intermitência, que em certas circunstâncias a coloca como disciplina presente no currículo escolar e em outros momentos, é excluída. A trajetória da sociologia na educação básica tem sido tema de muitas pesquisas. Inúmeros trabalhos buscam tratar a questão a partir de diferentes enfoques, com destaque para as reformas educacionais e seus impactos com relação à presença ou à ausência da disciplina nos currículos escolares (OLIVEIRA e JARDIM, 2009; MACHADO, 1987). Uma revisão bibliográfica sobre a temática aponta que esses trabalhos tendem a focalizar a história da disciplina do ponto de vista da legislação educacional (MORAES, 2003; MACHADO, 1987). Nesse sentido, no desenvolvimento da pesquisa, constatamos a inexistência de estudos que busquem traçar esta trajetória do ponto de vista da imprensa escrita. Com base nos dados levantados até o momento, e a partir das 41 notícias coletadas e classificadas como primárias durante a pesquisa, pode-se afirmar que as notícias apresentam muitas similitudes entre si no decorrer das décadas – como o debate sobre a reintrodução da disciplina no currículo -, bem como a presença de temas que tiveram destaques em determinados contextos como, por exemplo, os congressos e seminários ligados a temática de ensino de sociologia, as casas de ensino de sociologia e política e o veto do ex presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os anos de 1950 – período de profissionalização das Ciências Sociais e de militância de Florestan Fernandes em prol da inclusão da disciplina no currículo do ensino secundário - e os anos 2000 – marcado pelo veto do presidente Fernando Henrique Cardoso e pela inclusão da sociologia como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio – foram períodos que apresentaram maior frequência de notícias sobre o ensino de sociologia. Ao tomar as matérias jornalísticas como fontes a pesquisa se revelou com grande potencial para a compreensão da história da sociologia como disciplina escolar.

Esta pesquisa encontra-se em estágio inicial, contudo é importante ressaltar que ela abre novas perspectivas para futuras investigações, tendo em vista o alargamento da investigação para outros jornais, e o enfoque nas décadas que apresentaram maiores incidências sobre a temática de ensino de sociologia. 🌐

NOTAS

* A autora, à época da submissão, cursava o 7º período do Curso de Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: jcjessicaaraujo@gmail.com.br

[1] A pesquisa utilizando o jornal *O Estado de São Paulo* teve início no ano de 2014, quando ingressei como bolsista de iniciação científica no laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LabES). Tal pesquisa ainda encontra-se em andamento, uma vez que nossa proposta é ampliá-la para outros jornais, afim de, traçar a trajetória do ensino da sociologia do ponto de vista da imprensa escrita.

[2] O acervo online do jornal O Estado de São Paulo encontra-se no sítio eletrônico <http://acervo.estadao.com.br/>.

[3] Frase proferida pelo professor e sociólogo Fernando de Azevedo (AZEVEDO, Fernando de *apud* DE CAMPOS, 2012).

[4] Fernando de Azevedo foi um professor, crítico, ensaísta e sociólogo brasileiro. Lecionou pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e participou de um dos momentos marcantes na história da educação brasileira no século XX, com a redação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*.

[5] Documento datado de 1932, foi escrito durante o governo de Getúlio Vargas e buscava, dentre outros, renovar a escola tradicional. O documento enfatizava o exercício dos direitos dos cidadãos brasileiros no que se refere à educação, dentre eles: a educação pública, a laicidade, gratuidade e obrigatoriedade da educação.

[6] Imprensa de Opinião era um modo de fazer imprensa que teve grande fôlego até os anos de 1950, e se caracterizava pela presença de empresas que detinham pequenos capitais. Os jornais eram feitos em pequenas tiragens, e eram acima de tudo porta-vozes de grupos que os financiavam em parte ou na totalidade.

[7] A Imprensa de Informação era produzida de modo diferente da anterior, ela era pensada de maneira neutra e indiferente. Esta procura se manter distante da literatura e se caracteriza também pela significativa aproximação com o jornalismo norte americano.

[8] O Jornalismo de Interpretação se caracteriza por apresentar diversos aspectos de certa problemática, trazendo suas causas e consequências, ou seja, interpreta os fatos ocorridos para que o leitor possa entender e compreender o acontecimento.

[9] A *Província de São Paulo*, jornal fundado em 1875 com base nos ideais de um grupo de republicanos, foi precursor do jornal *O Estado de São Paulo*.

[10] Diretor do jornal O Estado de São Paulo, assumindo logo após a saída de Rangel Pestana.

[11] O *Correio Paulistano* era um jornal de cunho liberal, sendo posteriormente, atrelado ao Partido Conservador. Foi lançado em 1854, e deixou de ser editado em 1963.

[12] Partido brasileiro, fundado por dissidentes do Partido Republicano Paulista, durante a República Velha. Era uma organização representativa da classe média tradicional, vinculada a setores cafeeiros.

[13] Movimento que culminou com o Golpe de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, e pôs fim à República Velha.

[14] Foi um partido político brasileiro em 1873, durante a Convenção de Itu. Foi também, o primeiro movimento republicano moderno no Brasil, e foi o partido político predominante no estado de São Paulo durante toda a República Velha.

[15] Engenheiro, político, e também sócio do jornal O Estado de São Paulo, tendo apoiado a Revolução de 30.

[16] Estado Novo é o regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 1937, que se estendeu até 1945. Caracteriza-se pela centralização do poder e nacionalismo. O período conhecido como República Nova, se inicia com a renúncia forçada do Presidente Getúlio Vargas, em outubro de 1945, dando fim à Era Vargas, e termina em 31 de março de 1964, com a deposição do presidente eleito democraticamente João Goulart pelas forças militares, que iniciaram o regime militar no Brasil.

[17] João Goulart foi um político brasileiro e o 24º presidente de seu país, que governou o Brasil de 1961 a 1964. Castello Branco foi um militar e político brasileiro, e um dos conspiradores do golpe. Também foi o primeiro presidente do período do Regime Militar instaurado pelo Golpe Militar de 64.

[18] Foi um jornal diário da cidade de São Paulo, Brasil. Sua primeira edição circulou em 1966, e a última em 2012.

[19] Segundo os jornais analisados, as casas de ensino de sociologia política eram locais em que se ofereciam aulas dessas disciplinas, sendo que os interessados para participarem das aulas deveriam se inscrever.

[20] Currículo mínimo é um documento oficial, que orienta, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino-aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre. Serve como referência a todas as escolas, apresentando as competências e habilidades básicas que devem estar contidas nos planos de curso e nas aulas.

Referências

BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e Público: Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)**. Rio De Janeiro, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição, v. 70, 1979.

_____. Bardin, L. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BRASIL. Presidência da República. **Veto ao Projeto de Lei n. 09/00**. Mensagem n. 1.073, Brasília, DF, 8 de outubro de 2001.

BRASIL. **Conhecimentos de Sociologia**. In: Orientações Curriculares para o ensino médio. Ciências Humanas e Suas tecnologias. Vol. 3. Ministério da Educação, Secretaria de educação básica. Brasília, 2006. p. 101-133. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 19/07/2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **O controle da opinião e os limites da liberdade**: Imprensa Paulista. São Paulo, 1986.

DE CAMPOS, Raquel Discini. **No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação.** São Paulo, 2012.

FERNANDES, F. **A Sociologia no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

FEIJÓ, Fernanda. **Breve Histórico do Desenvolvimento do Ensino de Sociologia no Brasil.** PerCursos, v. 13, n. 1, p. 133-153, 2012.

GESTEIRA, B. M.; SILVA, G. M. H. **O retorno da sociologia na escola: a crítica e a cidadania como instrumentos da democratização do país (1980-1990).** Revista Habitus, v. 10, p. 64-78, 2012.

HANDFAS, Anita; MIRANDA, Aline; e FRANÇA, Thays. **A Trajetória da Sociologia no Rio de Janeiro.** 2012 (prelo).

GUELFY, W. P. **O Movimento da sociologia como disciplina escolar entre 1925 e 1942: As reformas do secundário e os programas de ensino do colégio Pedro II.** Mediações – Revista de Ciências Sociais, Londrina, vol. 12, n.1, p.11-30, jan./jun. 2007.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE– Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

JINZENJ, Mônica Yumi. **O papel da imprensa periódica no processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX.** Minas Gerais, 2012.

LEAL, Ana Regina Barros; SOUZA, Maria Isabel Amphilo R. **Gêneros Jornalísticos-análise dos jornais “O Estado de São Paulo” e “Diário de São Paulo”,** São Paulo.

MACHADO, Celso S. (1987). **O ensino de sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar.** Revista da Faculdade de Educação. 13 (1): 115-148, jan./jun., São Paulo, Feusp.

MEUCCI, Simone, (2000). **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos.** Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas.

MINAYO, M. C. S.; DELANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 32. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. v. 1.

MORAES, Amaury Cesar. **Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato.** Tempo Social, v. 15, n. 1, p. 5-20, 2003.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. **Informação e Política nos primórdios da imprensa paulista: O farol Paulistano (1827-1831).** São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de; JARDIM, Antonio de Ponte. **O retorno da Sociologia no Ensino Médio no Rio de Janeiro: uma luta que merece ser pautada!** Perspectiva Sociológica Revista Eletrônica, Colégio Pedro II, Departamento de Sociologia, ano 2. maio, set/2009.

PASQUINI, Adriana Salvaterra; GUEDES, Edson Claiton; CHAGURI, Jonathas de Paula. **Historiografia da Educação: A imprensa enquanto fonte de investigação.** Minas Gerais.

PIMENTEL, Rosana. **O método da análise documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica.** Cadernos de Pesquisa, n. 114, pag. 179-195, novembro/2001.

SANTOS, M. B. **A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal. 2002.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ZICMAN, Renée Barata. **Historia através da imprensa- Algumas considerações metodológicas.** São Paulo.

ANEXO

Data: 24/06/1954

Título da notícia: "O ensino da sociologia na escola secundária".

Trata-se de notícia de cunho informativo, onde os sociólogos Florestan Fernandes e Henrique Stodiek apresentam no congresso brasileiro de Sociologia trabalhos sobre: O ensino de sociologia na escola secundária, onde Florestan Fernandes apresenta um discurso de defesa da sociologia, ressaltando algumas razões para a inclusão da mesma no ensino secundário.



Data: 10/10/2001

Título da notícia: "FHC veta Filosofia e Sociologia para o ensino médio brasileiro".

Trata-se de notícia de cunho informativo, que fala sobre o veto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no projeto de inclusão das disciplinas de filosofia e sociologia, alegando que o país não possui professores suficientes para lecionar a disciplina, o que constituiu um impedimento para inseri-la no currículo escolar.

FHC veta Filosofia e Sociologia para o ensino médio brasileiro

O veto foi justificado pelo presidente pela falta de professores em número suficiente

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso vetou ontem projeto que iria tornar obrigatórias as disciplinas de Filosofia e Sociologia no ensino médio (2.º grau). Ex-professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), Fernando Henrique alegou que o número de profissionais na área é insuficiente e os Estados e o Distrito Federal não dispõem de recursos para novas contratações. "Não há no País formação suficiente de tais profissionais para atender a demanda que advirá caso fosse sancionada o pro-

jecto, situações que por si só recomendam que seja vetado na sua totalidade por ser contrário ao interesse público", disse o presidente na mensagem enviada ao presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS).

O projeto já fora aprovado na Câmara e teria de ser regulamentado pelo Conselho Nacional de Educação antes de ser colocado em prática nas escolas do País. Antes mesmo de ser vetado por Fernando Henrique já se falava que ele não deveria prosperar, pois havia uma campanha em contrário no Ministério da Educação. O argumento mais utilizado na Pasta é de que falta

estrutura em alguns Estados para formar docentes para dar essas disciplinas.

O veto do presidente pode ser derrubado pelo Congresso, mas essa situação é rara. O projeto de inclusão da Filosofia e da Sociologia no currículo do ensino médio era defendido pelos parlamentares oposicionistas. A decisão do Palácio já era esperada. Nesta semana, o senador governista Romero Jucá (PSDB-RR) já havia usado a tribuna do

Senado para cobrar de professores a mudança curricular aprovada no Congresso. (Leoncio Nossa)

O POSIÇÃO É QUE DEFENDIA O PROJETO

OAB da M

BR/deral dos do tem e Tribu ação e rou da exclus carteir tomou da UN são de advog que a gem"

Prên divu

A o Itau-U ticipa educ Organ

Data: 21/07/2008

Título da notícia: "País precisa de docentes em filosofia e sociologia".

Trata-se de uma notícia de cunho opinativo, onde ela fala da carência de professores e de material didático para a disciplina e o sindicato dos sociólogos enxerga que há certo exagero no cálculo de demanda dos docentes.

País precisa de docentes em filosofia e sociologia

Disciplinas se tornaram obrigatórias por lei sancionada no mês passado

A falta de professores no País

31.138 professores

20.339 professores

Comparação entre 2001 e 2006

O Brasil tem 14.518 de licenciados em filosofia e 16.077 em sociologia

Sindicato dos sociólogos vê exagero no cálculo de demanda

A lei atual não prevê prazo para contratação de novos professores, o que gera dificuldades para o ensino de filosofia e sociologia em escolas públicas.

Todas as escolas de 630 municípios as matrizes

Com a nova lei, todas as escolas de 630 municípios terão que oferecer as disciplinas de filosofia e sociologia. Isso representa um desafio para muitas escolas, especialmente as de menor porte.

Recebido em 24/04/2015
Aprovado em 17/08/2016